

CIES e-WORKING PAPER Nº 27/2007

**Integração social de imigrantes em Portalegre:
uma breve análise sustentada na pesquisa empírica**

ALEXANDRE COTOVIO MARTINS

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Alexandre Cotovio Martins é docente da Escola Superior de Educação de Portalegre (Equiparado a Assistente do 2º Triénio) e doutorando em Sociologia Rural e Urbana na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tem também realizado trabalho de consultoria, nomeadamente tendo como clientes autarquias, trabalho em cujo âmbito surge o estudo que está na base deste texto.

Resumo

O presente *working paper* visa dar conta de alguns dos principais resultados obtidos através da realização do estudo Diagnóstico sobre a situação social dos imigrantes no concelho de Portalegre, promovido pela Câmara Municipal de Portalegre e co-financiado pelo Fundo Social Europeu. Este estudo surgiu da identificação de uma necessidade, sentida aquando das reuniões em parceria realizadas no quadro do processo de implementação da Rede Social concelhia, relativa à ausência de informação sistematizada e objectiva sobre a realidade da imigração no concelho de Portalegre, lacuna a qual impedia a definição e hierarquização de prioridades e formas de intervenção conjuntas. No estudo, de cunho sociológico, inquiriram-se mais de quatrocentas pessoas, através de um inquérito prospetivo do tipo Delphi, de um inquérito sobre as atitudes dos portalegrenses face à imigração e de um conjunto de entrevistas em profundidade a imigrantes de diferentes nacionalidades. Este aparelho metodológico foi concebido tendo em vista recolher e interpretar informação sobre três dimensões dos processos de integração social dos imigrantes: redes locais de interconhecimento e relacionamento, acesso aos serviços e valências locais e respostas psicossociais dos imigrantes ao próprio processo de integração na sociedade de acolhimento, tendo sempre em vista o planeamento estratégico de intervenções no sentido da promoção da integração social dos imigrantes no concelho.

Palavras-Chave: Integração social de imigrantes, estudos prospetivos, reflexão estratégica, acção em parceria

Abstract

This text aims to present some of the main results obtained through the making of the study Diagnóstico sobre a situação social dos imigrantes no concelho de Portalegre, promoted by Câmara Municipal de Portalegre and co-financed by the European Social Fund. The making of this study emerged from the identification of a particular need, felt when of the partnership meetings which took place along with the implementation of the Rede Social programme in Portalegre. This need was related to the absence of objective and thorough information about immigration in Portalegre, which, at the time, was leading into a certain incapability of the local entities to define and establish priorities and, thus, make shared social interventions in the field possible. The study, based upon

sociological knowledge, involved inquiring more than four-hundred people, through a Delphi inquire, an attitude inquire, answered by Portalegre's population, and a set of in-depth interviews to immigrants of several nationalities. This methodological device was conceived in order to get and interpret information about three central dimensions of the social integration of immigrants: local-based relationships' networks, immigrants' access to local services and psychosocial responses, given by immigrants, to their own process of integration in Portalegre. On the other hand, the device looked forward to produce knowledge which could set a base for the strategic planning of social interventions in a local basis. The use of prospective techniques while studying immigration on a local basis will also be focused on this speak, namely in what concerns the contributions that these techniques may give to uncertainty reduction in shared processes of collective organization of action.

Keywords: Social integration of immigrants, prospective studies, strategic reflexion, partnership action

1. Quadro de análise

1.1. O estudo das migrações: algumas alternativas teóricas.

O estudo das migrações é uma actividade que, ao longo do tempo, tem vindo a realizar-se de forma algo atribulada. Na verdade, como argumenta João Peixoto (Peixoto, 2004), apesar de, ao longo do século XX, se ter progressivamente constituído um domínio relativamente específico de estudos sobre a temática, alvo de um crescente interesse, as referências teóricas desenvolvidas para explicar os fenómenos que lhe subjazem dispersaram-se por várias ciências (como a economia, a sociologia ou a geografia).

Não obstante a existência de tal diversificação de construções analíticas, há padrões regulares de organização dos respectivos quadros intelectuais de referência que podem ser identificados. De um modo genérico, podemos afirmar que, como refere Cristina Matos (Matos, 1993), os trabalhos sobre as migrações, os quais tentam, antes de mais, explicar porque migram as pessoas, tendem a assentar num de dois grandes “modelos” alternativos - mais ou menos implícitos - de explicação dos comportamentos migratórios. Um “modelo” que parte do pressuposto da capacidade decisória racional dos indivíduos e outro “modelo” que baseia a sua análise na ênfase do papel das estruturas sociais coercivas sobre o comportamento individual. No fundo, trata-se de duas respostas, contraditórias e opostas entre si, ao velho dilema indivíduo-sociedade.

Estes dois “modelos” representam, aliás, dois pontos de vista sistematicamente divergentes ao longo da história das ciências sociais, muitas vezes cristalizados em diferentes formações disciplinares e “escolas” de pensamento e investigação universitária. Assim, por exemplo, o “modelo” da acção racional, de raiz individualista, tende a aparecer mais frequentemente vertido na análise económica, designadamente na senda da escola clássica; quanto ao “modelo” mais estruturalista, que acentua o papel dos grandes constrangimentos colectivos, surge mais a miúdo na análise sociológica, sobretudo em estudos dos seguidores das escolas durkheimiana ou marxista.

No entanto, mesmo no interior destas disciplinas existe grande tensão em redor desta divisão teórica de base. Assim, na área disciplinar da economia, encontramos abordagens mais “individualistas”, como as baseadas na teoria económica clássica, de

cunho utilitarista, assim como abordagens mais “holistas”, como a economia política de raiz marxista, que pretende explicar o comportamento dos agentes económicos com base em relações sociais estruturais. De modo idêntico, podemos identificar no quadro teórico da sociologia manifestações daquelas duas tendências, por exemplo – e respectivamente –, na escola weberiana, que parte da acção individual para analisar as dinâmicas colectivas (fazendo equivaler os fenómenos colectivos à agregação de comportamentos individuais), ou nas citadas escolas durkheimiana e marxista, que remetem a explicação dos comportamentos individuais para constrangimentos de natureza colectiva e aparentemente inelutável.

1.2. Modelo de análise utilizado

As considerações precedentes alertam para o facto de, quando pretendemos estudar as migrações, ou mesmo qualquer tipo de actividade humana, termos que nos preocupar com aquilo a que Norbert Elias chamou de o “modelo básico do ser humano” com o qual estamos a lidar e, correlativamente, com o respectivo modelo teórico de sociedade. Fundamentalmente, é para diferentes concepções do ser humano e da sua actividade no quadro de sistemas sociais que remete a divisão teórica referenciada. Levados ao seu extremo, os “modelos” identificados remetem para duas formas totalmente distintas de encarar os indivíduos. A tais formas corresponderão então, inevitavelmente, diferentes abordagens da imigração.

1.2.1. Organização teórica da pesquisa.

No estudo levado a cabo, pretendeu-se construir uma perspectiva analítica que correspondesse a duas condições de base: por um lado, ela deveria ser capaz de conduzir à construção de instrumentos metodológicos e técnicos de investigação que possibilitassem a percepção do fenómeno migratório em alguns aspectos decisivos da sua complexidade, designadamente podendo integrar aspectos que, como acabámos de ver, surgem por vezes em oposição nas análises efectuadas; por outro lado, ela haveria de proporcionar a produção de conhecimentos que, pela sua natureza, pudessem constituir uma base para o trabalho de definição de intervenções estratégicas.

Nestes termos, o modelo de análise construído para a pesquisa foi elaborado a partir da ideia, central, de que a integração social dos imigrantes deve ser vista, do ponto

de vista analítico, como uma variável dependente de um conjunto de processos sociais que definem o arranjo de probabilidades que tornam essa mesma integração mais ou menos viável. Por conseguinte, importava, aquando do desenho do modelo, identificar os conjuntos de factores que contribuiriam decisivamente para a definição da distribuição das probabilidades de integração dos imigrantes, enquanto conjunto social (embora internamente heterogéneo).

Tendo em conta o exposto, partiu-se de uma perspectiva que procurou centrar-se na interface entre os quadros microssociológicos e os quadros macrossociológicos da acção social, mas *na óptica situacional dos imigrantes*. Desta maneira, pensou-se que a melhor forma de analisar a situação dos imigrantes face à sociedade de acolhimento – no caso, Portalegre -, seria pensá-la em termos do (in)acesso a recursos disponíveis nessa mesma sociedade, por parte dos imigrantes. Recursos materiais, mas também simbólicos e culturais. Tal conceptualização tem a vantagem de poder dar conta de determinismos estruturais (macro) exercidos pelo conjunto da sociedade de acolhimento sobre os imigrantes, mas olhando-os como relativamente contingentes e eventualmente, até, negociáveis ao nível dos quadros de interacção, na medida em que se procura, justamente, encarar aquilo que esses sistemas organizam como *recursos*, mobilizáveis de acordo com a *estrutura de oportunidades* que a posição de um indivíduo numa rede de interacções lhe confere (Cfr. Rocha-Trindade, 1995).

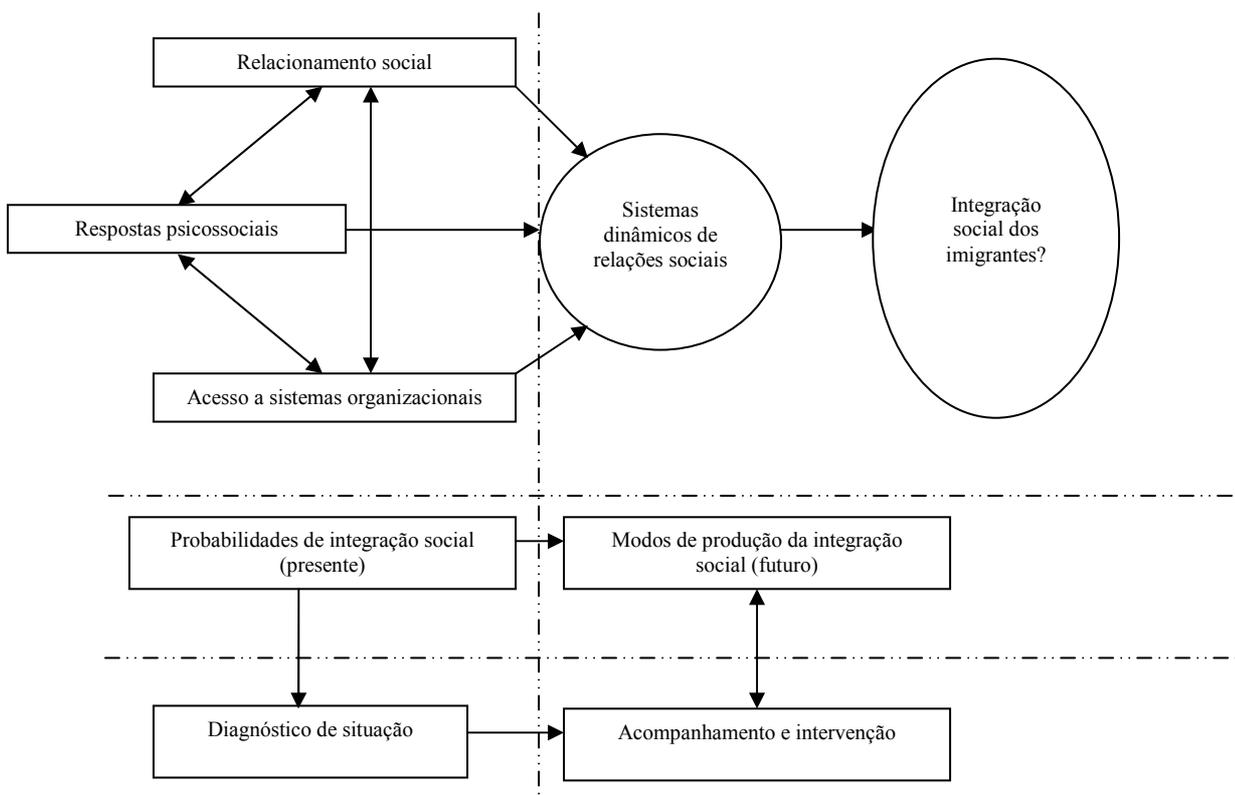
Partindo-se desta óptica genérica, definiram-se, desde logo, dois grandes campos de factores, em função dos quais, em situações concretas da sua vivência quotidiana, parecem ser definidas as probabilidades de acesso dos imigrantes a recursos da sociedade de acolhimento e, assim, as propensões para um maior ou menor grau de integração social: o campo do *relacionamento com a sociedade de acolhimento* e o campo do *acesso a sistemas organizacionais*.

O primeiro campo, o do relacionamento com a sociedade de acolhimento, refere-se, como o próprio nome indica, à possibilidade de constituição de relações e integração em redes de relacionamento dos imigrantes face à sociedade de acolhimento. Evidentemente, esta possibilidade de acesso envolve aspectos próprios da *socialidade* dos relacionamentos, como os aspectos culturais ou linguísticos, por exemplo. Assim, o *reconhecimento da cultura de origem* dos imigrantes pela sociedade de acolhimento afigura-se uma componente central deste campo. O segundo campo referido reporta-se à possibilidade de acesso dos imigrantes a prestações diversas, oferecidas rotineiramente por organizações da sociedade de acolhimento aos seus membros, como as prestações

sociais, a educação, a saúde ou a habitação¹. Finalmente, importou abrir um terceiro campo de análise, o qual define, também, a distribuição das probabilidades de acesso e integração dos imigrantes e diz directamente respeito à própria perspectiva da integração social na óptica dos imigrantes: o campo das *respostas psicossociais* dos imigrantes. Este domínio afigurou-se relevante porque, em primeiro lugar, a organização das respostas psicossociais dos imigrantes retroage sobre o seu processo de acesso a recursos da sociedade de acolhimento; em segundo lugar, porque o *sentido subjectivo* da integração social é uma dimensão fundamental da mesma. Na verdade, dificilmente se poderá falar de “integração social de imigrantes” se os imigrantes tiverem garantido o *acesso* igualitário a sistemas de relacionamento social e a prestações organizacionais, mas não se reconhecerem como minimamente integrados na sociedade de destino.

O modelo geral adoptado encontra-se esquematizado na figura 1:

Figura 1 – Modelo de análise



¹ Repare-se que o acesso à habitação, por exemplo através do mercado de arrendamento, não depende de um “sistema organizacional” em sentido estrito. No entanto, optou-se por manter o acesso a este tipo de bem sob este título genérico porque ele depende, fortemente, da *organização social dos recursos* na sociedade de acolhimento – no caso, da organização do mercado de arrendamento, etc. (Sobre este assunto, consulte-se Bourdieu, 2001).

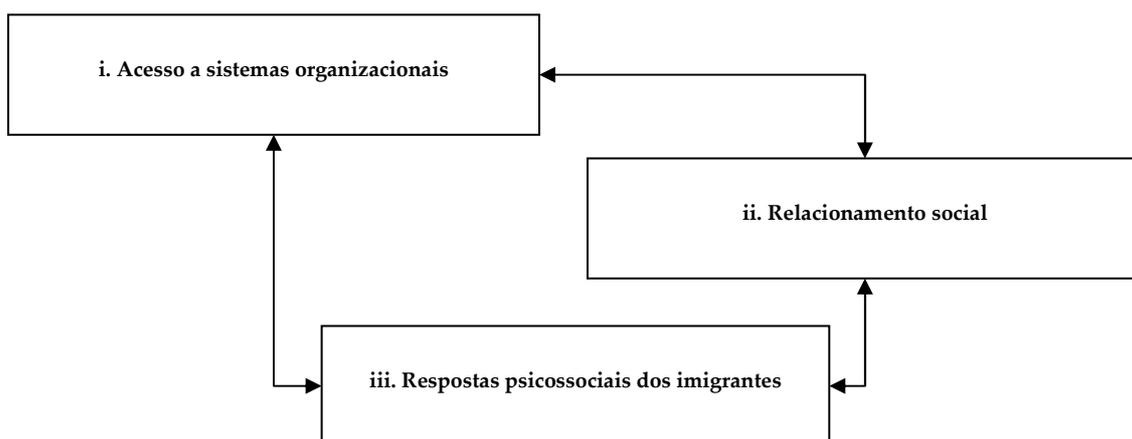
Como facilmente se depreende através da análise visual da figura, a questão central em redor da qual gravita todo o modelo é, como dito acima, a de saber qual a medida em que diferentes factores produzem a probabilidade de integração social dos imigrantes.

A figura coloca esta questão – a da integração social – no futuro, procurando depois mostrar alguns factores que concorrem, de forma central, para essa integração. Estes, situados no canto superior esquerdo, vão, através do seu efeito interagente, estruturar sistemas dinâmicos de relações sociais (não apenas de *relacionamento social*, mas de *relações sociais*, por exemplo, de dominação ou de exclusão) entre imigrantes e sociedade de acolhimento, os quais tornarão mais ou menos provável tal integração (canto superior direito). Por outro lado, no lado esquerdo da figura, temos aquilo a que poderemos chamar as probabilidades de integração social dos imigrantes (no presente), organizadas em função dos três campos supra-citados. No lado direito, temos a situação futura, isto é os modos concretos de produção da integração social dos imigrantes, realizados através da interacção entre os factores situados à esquerda. Dir-se-ia, assim, que, do lado esquerdo temos uma visão *sincrónica* da questão e, do lado direito, uma visão *diacrónica*. No nível horizontal do meio, temos aquilo que se define no primeiro nível: à esquerda – no presente – a existência de uma distribuição de probabilidades de integração; à direita (no futuro), os modos de produção da integração social dos imigrantes, que tenderão a incorporar, decerto, os efeitos da actual distribuição. Finalmente, na linha inferior ou base da figura, assinala-se o nível da intervenção planeada sobre o domínio da imigração em Portalegre. Temos, assim, no lado esquerdo, o exercício de *diagnóstico*, consubstanciado no estudo encetado, pelo qual se pretendeu *conhecer* a distribuição das probabilidades de integração social (embora não num sentido matematicamente estrito, o que seria porventura impossível, dada a infinitude dos eventuais traços pertinentes a analisar). No lado direito, por sua vez, temos o exercício de acompanhamento e intervenção do desenrolar dos modos de produção da integração social dos imigrantes, realizado, desde logo, em função do teor informativo da fase de diagnóstico, mas também da monitorização constante dos processos em curso.

1.2.2. Organização técnico-metodológica da pesquisa.

A nível metodológico, pensou-se na construção de um conjunto de instrumentos de recolha de dados que pudesse dar conta dos diferentes campos de factores acima referenciados, os quais apontam, como se disse, para uma integração de factores micro e macrosociológicos, divisão recorrente no âmbito das ciências sociais, designadamente no estudo das migrações, como se referiu atrás. Podemos, assim, esquematizar o aparelho técnico de recolha de dados construído, fazendo-o corresponder aos diferentes domínios ou campos de factores organizadores da distribuição de probabilidades de integração social dos imigrantes da forma explicitada na figura 2:

Figura 2: correspondência teórico-metodológica no interior do modelo



Correspondências:

- i. **Inquérito *Delphi*, inquérito sobre as atitudes dos portalegrenses face à imigração;**
- ii. **Inquérito sobre as atitudes dos portalegrenses face à imigração; Entrevistas a imigrantes;**
- iii. **Entrevistas a imigrantes**

Nestes termos, escolheram-se as técnicas anteriormente expostas pelo seguinte:

- O inquérito *Delphi*, para além das vantagens que explicitaremos adiante, remete para uma avaliação independente e proficiente das probabilidades efectivas de acesso a recursos, para um horizonte temporal de médio prazo, pelos imigrantes;

- O inquérito às atitudes dos portalegrenses face à imigração, remete para as questões da pré-disposição para o “acolhimento sócio-cultural” e possível constituição de relacionamentos sociais entre os portalegrenses e os imigrantes no concelho; por outro lado, dado considerarem-se aqui as determinações estruturais no acesso a prestações organizacionais como interactivamente contingentes, também através deste instrumento se pode enriquecer a análise das oportunidades dos imigrantes neste campo, uma vez que, por exemplo, o acesso efectivo ao exercício de um direito dos imigrantes consagrado na lei nacional pode ser localmente dificultado, ou uma prestação inexistente legalmente pode encontrar espaço favorável para se implementar a nível local;
- As entrevistas a imigrantes, evidentemente, permitem captar a sua percepção do seu próprio processo de integração, no que respeita aos dois campos anteriores, mas, ainda, possibilitam a análise da propensão para a constituição de relacionamentos com os portalegrenses *do lado dos imigrantes*, uma vez que a sociabilidade implica, sempre, alguma forma de reciprocidade.

1.2.3. Justificação da análise prospectiva realizada.

1.2.3.1. Aspectos gerais.

Um dos problemas mais clássicos considerados pelos estudiosos da acção social é o das consequências não intencionais dessa mesma acção. Este problema, chamemos-lhe assim, respeita à necessidade de se ter em conta, no plano analítico, o facto de nem sempre os agentes sociais terem controlo sobre os resultados dos seus actos, independentemente da maior ou menor consciência que terão das razões desses mesmos actos. Dito de outro modo, trata-se de estar atento a um conjunto de questões interrelacionadas. Em primeiro lugar, ao facto de os agentes sociais serem portadores de *intenções*, que se traduzem em actos sociais, isto é, de os actos sociais envolverem um *sentido subjectivo*, um propósito, para quem age. Consequentemente, a acção social humana envolve, sempre, uma certa percepção e apreciação ou avaliação subjectiva, por parte de cada agente, da sua própria acção.

Esta dimensão subjectiva, por outro lado, adquire frequentemente um cunho de intencionalidade, ou seja, de finalidade: a acção social humana assume, quase sempre, um carácter *propositado*, no sentido em que comporta um fim pretendido. Ora, o que é

relevante referenciar é que nem sempre – como todos, afinal, sabemos - a finalidade subjectiva da acção coincide com as suas consequências objectivas, ou, se quisermos, com o seu impacto no mundo social. Ou seja, embora a acção social possa ser *intencional*, não existe correspondência necessária entre efeitos *pretendidos* da acção e efeitos *efectivos* da acção. Tal falta de correspondência funda-se, inequivocamente, na extrema complexidade do mundo social, todo ele composto por um conjunto de relações complicadas entre agentes sociais desigualmente dotados de recursos e esquemas interpretativos para agirem nesse mesmo mundo. Isto é, quando um agente age, age num mundo complexo, não tendo garantias perfeitas de ser compreendido nas suas intenções ou, mesmo, de a sua avaliação da situação na qual age ser a melhor para o cumprimento das suas intenções.

Outro ponto interessante aqui reporta-se à importância de ter presente que não devemos confundir os conceitos de *agente* ou *actor*² social e de indivíduo. Na verdade, agente, ou aquele que age, pode ser considerado, para fins analíticos, um colectivo ou organização social. Assim, uma classe social, um grupo social ou uma empresa podem, em certos casos, ser considerados agentes sociais, na medida em que apresentem um certo grau de mobilização individual orientado para o cumprimento de certas finalidades mais ou menos comuns ou partilhadas, a que poderemos chamar de *colectivas*. Este último esclarecimento é útil para darmos nota do porquê da convocação desta discussão, de índole teórica. Na verdade, se estamos prontos a considerar que os colectivos e organizações ou os grupos organizados são agentes sociais com propósitos partilhados e que a acção social, isto é, o fluxo de acção dos agentes sociais, conquanto dotado de certas finalidades mais ou menos explícitas, tem consequências não intencionais ou estranhas a essas finalidades, estaremos, também, prontos a compreender melhor certos problemas gerais das organizações sociais em contextos de marcada complexidade, como os das sociedades de modernidade avançada em que vivemos. Efectivamente, as sociedades contemporâneas são marcadas por contextos de marcada incerteza do ponto de vista das organizações, na medida em que a própria organização social dessas mesmas sociedades se caracteriza por uma muito grande variabilidade e complexidade.

² É evidente que as designações “agente” e “actor” designam, de forma estenográfica, teorias da acção com diferentes pressupostos teóricos e metodológicos, tantas vezes dificilmente compatíveis, no campo da sociologia. No entanto, não considerámos ser este o espaço para desenvolver a discussão sobre este aspecto. Cremos, no entanto, ser pacífico que qualquer dos dois conceitos remete para uma intenção analítica compatível com a dimensão que estamos a tratar. No caso da análise prospectiva, mais adiante referenciada, constata-se que, com maior frequência, os autores que trabalham sobre o assunto recorrem ao conceito de “actor” – por certo, pensando em reservar-lhe uma maior “autonomia” nas decisões e acções.

Gostaríamos de nomear tal fenómeno como o de produção de um *princípio de incerteza* estrutural nas relações das organizações com os contextos da sua acção. Tal princípio caracteriza-se, justamente: a) pela inserção das organizações em contextos que remetem para escalas cada vez mais amplas e domínios mais diversificados; b) pelo incremento da variabilidade dos contextos nos quais as organizações agem (padrão de mutação acelerado). O primeiro destes pontos referencia-se aos planos espacial e sócio-cultural; o segundo, a uma relatividade temporal. Note-se que tal distinção é puramente analítica; na estruturação das sociedades, tempo, espaço e padrões de diversidade sócio-cultural são construções mutuamente implicadas.

Como se torna claro, aquilo que vimos dizendo não pode deixar de se aplicar às organizações que agem a nível local. A percepção directa do fenómeno pode ser menos clara em certos contextos, é certo. Mas não nos devemos deixar iludir pelas armadilhas da paisagem que nos circunda directamente: sob a aparência de uma certa imutabilidade ou, pelo menos, de alguma permanência, o que está em jogo é, crescentemente, um conjunto de determinismos de ordem mais vasta e incidência variável.

A “resposta” que, em certa medida, as instituições sociais da modernidade têm vindo a desenvolver para lidarem com contextos de crescente incerteza e complexidade pode ser nomeada, através da expressão de Anthony Giddens, de “reflexividade institucional”: “a reflexividade institucional diz respeito à institucionalização da atitude investigadora e calculista no tocante às condições generalizadas da reprodução do sistema; tanto estimula como reflecte o declínio da forma tradicional de fazer as coisas, estando também associada à criação de poder (entendida como capacidade transformadora). A expansão da reflexividade institucional está por detrás da proliferação de organizações em circunstâncias de modernidade, incluindo as organizações de âmbito geral” (Cfr. Giddens, 1996). Como afirma Pedro Hespanha (Hespanha, 2001), “O agravamento do risco social na contemporaneidade relaciona-se com a emergência de novos factores de incerteza e de imprevisibilidade que reduzem inelutavelmente a capacidade de resposta no quadro dos sistemas institucionalizados. Sociedades de risco, como passaram a ser designadas por Beck, distinguem-se pela presença crescente de consequências não esperadas, nem desejadas, do processo de modernização e pela generalização da insegurança. § As mudanças atingem todas as esferas da sociedade e traduzem-se num esbater dos contornos das categorias que pareciam estruturar as relações sociais dentro dela: natureza, classes, família, emprego, público e privado, conhecimento científico. As próprias ideias e as respostas

institucionais da época anterior deixaram de ser convincentes: as desigualdades não passam apenas por diferenças de classe, a exploração da natureza tornou-se social e economicamente insustentável, a separação de papéis entre homem e mulher deixou de ser ‘natural’, a sociedade salarial inviabilizou-se perante o desemprego estrutural, o uso político da ciência reduziu a sua credibilidade”. É justamente neste plano do crescimento da incerteza e do risco que se debatem as novas formas de planeamento e estruturação da acção das organizações. Analisemos este ponto com maior profundidade.

1.2.3.2. Fundamentação da análise prospectiva.

De acordo com Margarida Perestrelo (Perestrelo, 2000), a falência do planeamento tradicional faz-se sentir a partir dos anos 70 do século XX. Na verdade, como afirma a autora, apesar do elevado nível técnico e dos grandes esforços de modelização, designadamente matemática, desenvolvidos ao nível deste tipo de planeamento, os planos concebidos começam a evidenciar-se, a partir de então, crescentemente desadequados da realidade social e económica sobre a qual pretendem intervir, acabando por não ser aplicados. Com efeito, segundo a autora, o paradigma tradicional de planeamento, radicado em ideias de previsão perfeita, matematização dos fenómenos sociais, procura do óptimo, desprezo analítico pelos actores sociais e consideração do planeamento como neutro, implica um menosprezo pela complexidade de experiência social que redundava na incapacidade dos planos para lidarem eficazmente com a realidade. Tal visão, racionalista, do planeamento tradicional, implica, segundo Perestrelo, “a desvalorização da dimensão político-social, não ter em conta as decisões dos actores sociais, assim como procurar o óptimo e não um, entre vários possíveis”.

É na sequência da falência dos modelos tradicionais de planeamento que surge, nos anos 70, um conjunto muito vasto de teorias, “exigindo um pensamento voltado para a complexidade, tentando ultrapassar as limitações encontradas no paradigma racionalista de planeamento”. Nestes novos quadros teóricos, o planeamento, longe de ser encarado como um processo, ou um conjunto de processos lineares, como na perspectiva do planeamento tradicional de cariz racionalista, é visto também como um conjunto de intervenções que se inscrevem em diferentes campos de acção colectiva, com as suas dinâmicas, tensões e mesmo contradições estruturais. Mas, longe de se pretender elidir tais dinâmicas, tensões e contradições, procura-se construir sistemas de

organização e gestão colectiva da acção que incorporem uma visão dinâmica da realidade social.

Segundo Isabel Guerra (Guerra, 2000), os novos métodos e técnicas de planeamento devem entender as estruturas sociais como “produzidas num contexto de acção colectiva e colectivamente suportadas pelos actores, recusando-se uma concepção em que as ‘estruturas’ sejam encaradas como ‘dados naturais’ que aparecem espontaneamente e cuja existência iria por si só como um resultado automático de uma dinâmica qualquer (...). As estruturas, sempre provisórias e contingentes, são fruto das condições encontradas pelos actores graças a recursos e capacidades específicos e historicamente datados”. Neste sentido, defende Guerra, “concebe-se que a mudança é possível através de uma acção concertada de actores em função de objectivos colectivamente definidos e nesse contexto poder-se-á defender que são os actores actuais que orientam os ‘sistemas de acção concretos’”. Tal entendimento das relações sociais, permite “incluir a análise dos conflitos e evita as armadilhas de uma visão demasiado consensual das estruturas da acção colectiva. A instabilidade e conflitualidade dos comportamentos é considerada como normal e é acentuado o carácter contraditório e complexo do comportamento dos actores que desafiam uma lógica linear de análise. Assim, entendem-se os contextos da acção como um conjunto de relações interdependentes, mutuamente condicionadas (...).”

Comum a este novo universo teórico-conceptual de referenciação, a ideia de planear estrategicamente o futuro. Assiste-se, assim, ao surgimento do **planeamento estratégico**. Nos termos deste novo ‘paradigma’, a previsão deu lugar à prospectiva (Perestrelo, *op.cit.*), na medida em que a descrença numa previsão assente no prolongamento de relações e tendências dá lugar a uma ideia de indeterminação, da existência de um leque de possíveis, muitas vezes alternativos, dependentes das escolhas de indivíduos e grupos. Para Margarida Perestrelo, “de uma forma implícita ou explícita, o planeamento estratégico pressupõe sempre uma visão prospectiva”. Aqui, “os objectivos definidos são sempre considerados possíveis de atingir”. E “numa reflexão prospectiva, o interessante é o processo que a conduz”, sendo o processo de planeamento entendido como um processo de aprendizagem, ao longo do qual é frequente ter que “relocalizar o ponto de chegada e redefinir os caminhos”.

Mas, que tipo de visão prospectiva? Nos termos de Michel Godet (Godet, 2000), a prospectiva deve ser, antes de mais, uma tecnologia social que permita auscultar os informantes que estejam numa posição privilegiada para se pronunciarem sobre uma

determinada temática: “não há estatísticas do futuro. Face ao futuro, o julgamento pessoal é, muitas vezes, o único elemento de informação disponível. É preciso, pois, recolher opiniões para forjar a sua própria opinião e fazer prognósticos sob a forma de probabilidades subjectivas. Como acontece com um jogador de casino, só ao fim de um certo número de apostas é que se pode apreciar a qualidade do jogador. (...) A competência dos peritos interrogados levanta, muitas vezes, um certo número de questões. A nossa convicção é simples: na medida em que um perito representa a opinião de um grupo de actores, o seu ponto de vista tem interesse para ser considerado”.

Dito de outro modo, podemos afirmar, com Carlos Neves Cristo (Cristo, 2002), que “se partirmos do princípio que o futuro não existe (ele ainda acontecerá), qualquer previsão desse futuro deve ser entendida como um exercício de charlatanismo ou de alto grau de incerteza. § (...) A prospectiva (...) não pretende ser determinista, mas possibilitar a redução da incerteza quanto a períodos futuros, baseando-se no conhecimento que as pessoas têm de determinados sistemas que serão ‘prospectados’: ela precisa desvelar o provável do comportamento desses actores na construção do futuro e antecipá-lo. Talvez o mais importante de um exercício de prospectiva seja o processo e não o resultado final. É nele que se buscarão consensos sobre o futuro a ser realizado ou construído”.

1.2.3.3. O uso da técnica *Delphi*.

É neste quadro, traçado a linhas gerais, da prospectiva como ferramenta fundamental do planeamento estratégico, que se insere a técnica *Delphi*. Esta técnica, cujo nome se inspira no antigo oráculo de Delphos (Cfr. Astigarraga, s/d), foi originalmente pensada no início dos anos 50 pela famosa RAND Corporation, como um instrumento para realizar predições sobre um evento de catástrofe nuclear.

Podemos definir a técnica *Delphi* como um método de estruturação de um processo de comunicação grupal que permite a um grupo de indivíduos, como um todo, tratar um problema complexo. Um inquérito *Delphi* consiste na selecção de um grupo de peritos, aos quais se fazem perguntas sobre a probabilidade de acontecimentos futuros. As estimativas dos peritos fazem-se em sucessivas rondas, com o objectivo de conseguir uma integração das respostas, o mais possível próximo do consenso, mas deixando a máxima autonomia aos participantes. Assim, a capacidade preditiva do

Delphi baseia-se na utilização sistemática de um juízo intuitivo emitido por um grupo de peritos. Por outras palavras, a técnica *Delphi* procede por meio da interrogação de peritos com a ajuda de questionários sucessivos, a fim de pôr a claro convergências de opiniões e eventuais consensos.

O uso do *Delphi* como técnica orientadora de um processo de pesquisa proporciona a participação de um número considerável de peritos e estabelece um canal de comunicação entre eles, uma vez que existe a possibilidade de uma nova consulta em que cada respondente pode observar as suas respostas por referência às do conjunto dos respondentes. Deste modo, por ocasião de uma segunda consulta ou ronda, o respondente pode modificar a sua avaliação original, ou mantê-la e justificá-la, se assim o desejar.

2. Resultados de pesquisa.

2.1. Dados sobre a imigração em Portalegre.

2.1.1. Aspectos demográficos

No concelho de Portalegre, encontra-se uma imigração com diversas proveniências nacionais, verificando-se, porém, uma preponderância de cidadãos Brasileiros e do Leste europeu. De entre estes últimos, assumem particular destaque os imigrantes Ucranianos. A preponderância de imigrantes do Brasil e dos países do Leste europeu confirma a tendência, observável a nível nacional, de liderança destes países no efectivo de imigrantes em Portugal. De facto, a nível nacional, a nacionalidade de origem que agregava um maior número de imigrantes presentes era a brasileira, com 14,9% do efectivo total, logo seguida pela ucraniana, com 14,7%. No entanto, em Portalegre, os países do Leste europeu assumem-se como locais de origem de cerca de 41% dos imigrantes, ao passo que o Brasil se queda nos 21% (ainda assim acima da média nacional). No cômputo geral, constata-se, por conseguinte, que, embora exista um país, o Brasil, que agrega maior número de imigrantes com situação regularizada no concelho de Portalegre, com cerca de 20% do efectivo total, se tomarmos por referência o conjunto dos países do Leste europeu, são estes os responsáveis por mais de 40% do total de imigrantes. A grande diferença que se observa no concelho de Portalegre é o do muito baixo número, em termos relativos à média nacional, de imigrantes oriundos dos

PALOP's. Efectivamente, se o peso dos imigrantes dos PALOP's é de cerca de 30%, a nível nacional, no concelho de Portalegre, o seu número não atinge os 9% do total.

Na sua totalidade, no concelho de Portalegre encontravam-se, em 2005, 1175 imigrantes com a respectiva situação regularizada³. Segundo as estimativas do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras⁴, deverá existir, no concelho, um número de imigrantes em situação irregular (os chamados “ilegais” ou “clandestinos”) que rondará os dois terços daquele número. Assim, entre imigrantes com situação regular e situação irregular, terão estado presentes, em média, cerca de 2000 imigrantes no concelho, no ano de 2005. Como é evidente, existem por vezes flutuações nos presentes, designadamente associadas às migrações internas de mão-de-obra “clandestina”. No entanto, aquele número não se afastará muito, como se disse, do número médio de imigrantes presentes no concelho, segundo opinião veiculada pelo SEF de Portalegre.

No que se refere aos dados sobre a imigração regularizada no concelho, podemos observar uma distribuição do efectivo de imigrantes por classe etária que denota bem o facto de se tratar sobretudo de imigração feita em função da procura de trabalho, na medida em que é entre os 25 e os 49 anos que se observa a concentração do maior contingente. No que se refere à distribuição do efectivo populacional dos imigrantes por sexo, existe uma clara assimetria, na medida em que apenas cerca de 29% são mulheres.

2.1.2. Aspectos de inserção económica.

Uma primeira advertência deve ser feita no que se reporta a este aspecto. Prende-se ela com a relativa dificuldade de encontrar dados disponíveis sobre esta matéria, situação aliás já identificada noutro estudo, realizado pela União de Sindicatos do Norte Alentejano (USNA). Assim, tal escassez redundou numa análise relativamente pobre. No entanto, é possível identificar os principais sectores nos quais se situa a actividade laboral do contingente de imigrantes presentes no concelho. No que se reporta à actividade económica, como refere o estudo sobre a imigração em Portalegre realizado pela USNA, “dos imigrantes inscritos na segurança social, 95% são trabalhadores por conta de outrem, sendo o sector de actividade mais representativo o dos Serviços Prestados à Comunidade e o dos Serviços Sociais e Pessoais. No entanto,

³ Dados da Delegação do SEF de Portalegre.

⁴ Gentilmente cedidas pela Delegação de Portalegre do SEF.

através [de] pesquisa empírica de trabalho de terreno desenvolvido, verificámos que uma grande maioria de imigrantes trabalha no sector da construção civil e obras públicas”.

Os dados recolhidos através de fonte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e das entrevistas directas aos imigrantes confirmam em grande parte aquela constatação. Por outro lado, existe, segundo o SEF, um número significativo de imigrantes ocupados no sector terciário, por exemplo na restauração - sobretudo Brasileiros – e na agropecuária. Pudemos também constatar, através das entrevistas, que existe um número não desprezável de cidadãos estrangeiros a trabalhar no sector secundário, sobretudo na indústria transformadora.

2.2. Cenários construídos através da aplicação da técnica *Delphi*.

A partir dos dados obtidos através da aplicação da técnica *Delphi*, com o contributo de um painel de observadores privilegiados da realidade da imigração em Portalegre, composto por técnicos e dirigentes de entidades públicas e/ou privadas, assim como ONG's com intervenção no quadro da acção social concelhia em Portalegre, pôde-se construir alguns cenários prováveis para a imigração no concelho nos próximos cinco anos, de acordo com os seguintes critérios (numa escala de 0 a 6):

Cenários do tipo 1 – Muito elevada probabilidade ou improbabilidade de ocorrência dos acontecimentos identificados (média igual ou superior a 5 / igual ou inferior a 1);

Cenários do tipo 2 – Elevada probabilidade ou improbabilidade de ocorrência dos acontecimentos identificados (média igual ou superior a 4 e inferior a 5 / média igual ou inferior a 2 e superior a 1);

Cenários do tipo 3 – Moderada probabilidade ou improbabilidade de ocorrência dos acontecimentos identificados (média inferior a 4 e superior a 2).

Assim, identificaram-se os seguintes cenários.

Cenário do tipo 1 – não foi identificado qualquer cenário deste tipo.

Cenário do tipo 2

(para um arco temporal de cinco anos e no concelho de Portalegre)

CAMPO DO PROVÁVEL	Acontecimento	Média das expectativas de probabilidade de realização
	Aumento da imigração para o concelho	4,22
	Maioria dos imigrantes com situação 'legalizada'	4,13
	Maioria dos imigrantes com o acesso facilitado à escolaridade obrigatória	4,58
	Maioria dos imigrantes com o acesso à saúde facilitado	4,75
	Maioria dos imigrantes com o acesso à segurança social facilitado	4,71
	Opinião pública sobre a imigração mais positiva	4,46
	Relações mais positivas com a comunidade portalegrense	4,17
	Aumento do número de famílias compostas por imigrantes e portalegrenses	4,08
	Entrejuda dos imigrantes determinante na realização dos seus projectos migratórios	4,09
	Apoio crescente das organizações económicas e sociais aos imigrantes	4,13
	Impacto crescente da imigração na actividade económica concelhia	4,25
	Aumento da tolerância à diferença cultural pela sociedade concelhia, causada pela imigração	4,17
	Aumento dos estudos e análises sobre o fenómeno migratório	4,50
	Maior planeamento estratégico das intervenções sobre o campo da imigração	4,17

Cenário do tipo 3

(para um arco temporal de cinco anos e no concelho de Portalegre)

CAMPO DO PROVÁVEL	Acontecimento	Média das expectativas de probabilidade de realização
	Fixação dos imigrantes no concelho	3,54
	Reconhecimento das habilitações escolares dos países de origem	3,79
	Facilitação do acesso à habitação	3,75
	Dificuldades de acesso a um dos vários sub-sistemas de apoio social	3,58
	Mais fácil acesso ao mercado de trabalho	3,92

	Actividade laboral orientada para a economia informal (paralela)	3,17
	Maior facilidade no acesso a um contrato normal de trabalho	3,75
	Elevação do estatuto remuneratório	3,30
	Aumento do número de empresas constituídas por iniciativa de imigrantes	3,42
	Volume de negócios das empresas imigrantes a aumentar	3,67
	Reconhecimento das culturas de origem dos imigrantes	3,79
	Maior organização e institucionalização das comunidades imigrantes	3,91
	Influência crescente das organizações imigrantes na definição e condução da acção institucional a nível concelhio	3,63
	Políticas de imigração menos restritivas	3,52
	Impacto positivo da imigração no orçamento da segurança social	3,61
	Impacto negativo da imigração na segurança de pessoas e bens	3,22
	Impacto positivo da imigração na dinamização do tecido associativo e na acção sócio-cultural do concelho	3,17
	Alterações na oferta educativa, ao nível de conteúdos e metodologias pedagógicas e em função da imigração	3,33
	Maior partilha de recursos, métodos e estratégias de intervenção na acção sobre o campo da imigração	3,91
CAMPO DO IMPROVÁVEL	Deterioração das condições de saúde dos portalegrenses, em função da introdução de doenças contagiosas pelos imigrantes	2,75

2.3. Inquérito sobre as atitudes dos portalegrenses face à imigração.

Uma primeira apreciação geral dos dados extraídos do inquérito sobre as atitudes dos portalegrenses face à imigração parece autorizar a afirmação de que, de uma forma generalizada, a opinião dos portalegrenses⁵ face à imigração é algo negativa, o que se consubstancia nas respostas ao item nº 44 do questionário. Efectivamente, a opinião global sobre a imigração (item 44), dada por confrontação com a frase “a imigração é, em geral, benéfica para o concelho de Portalegre”, é negativa: a maioria, 36,9% dos respondentes, declara “discordo totalmente”; esta tendência é apenas mitigada por alguma concentração de respostas em torno dos campos “sinto-me neutro” – 22,8% - e “concordo moderadamente” – 16,4%.

⁵ Note-se que se fala aqui nos portalegrenses no seu conjunto porque, de forma assaz surpreendente, se verificou um grau de integração das respostas extraordinário, de conjunto de respondentes a conjunto de respondentes no âmbito da amostra, definido cada conjunto em função de uma variável “de ventilação” clássica, como profissão, faixa etária, sexo ou nível de qualificação. Assim, a estrutura das respostas entre os diferentes conjuntos amostrais diferenciáveis através daquelas variáveis mostrou-se altamente isomorfa: o cálculo dos coeficientes de correlação entre a estrutura das respostas dos diferentes conjuntos devolveu um nível mínimo de correlação de 0,97.

Não obstante, o perfil das respostas não se esgota aqui. Efectivamente, há um conjunto de aspectos diferenciados no conjunto das respostas que impõem uma leitura mais fina dos dados. Desde logo, ao olharmos para as médias das distribuições empíricas das variáveis, concluímos que há um conjunto de opiniões *mais positivas* dos portalegrenses em tudo o que concerne a eventual constituição de relações de sociabilidade com as populações imigrantes no concelho e ao conhecimento e reconhecimento da respectiva vivência sócio-cultural, assim como naquilo que se reporta a *alguns* aspectos da cidadania imigrante – designadamente àqueles aspectos que se podem considerar centrados em redor de alguns direitos fundamentais, como o direito à educação, à saúde e a habitação. Assim, talvez se possa estar na presença de algo que se poderia designar, de modo que não se pretende abusivo, de um espírito de alguma *tolerância* da maioria dos portalegrenses face aos imigrantes, consubstanciada numa maior propensão para a constituição de sociabilidades e para o reconhecimento dos símbolos culturais que as mesmas veiculam. Por outro lado, existe, também, algum reconhecimento dos direitos fundamentais dos imigrantes.

Quanto ao conjunto das opiniões mais negativas, este tende a centrar-se em aspectos mais pragmáticos e competitivos da vida quotidiana, designadamente no que toca ao acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho ou a prestações sociais a ele associadas. Tal dado é significativo e, eventualmente, terá ligações ao ambiente geral de “crise económica” vivido no país. Não existindo dados comparativos, não se pode contudo perceber se é assim e se este fenómeno será extensivo ao conjunto do país.

A tendência que é talvez mais claramente observável no conjunto das respostas é aquela que se reporta à declaração de não mobilização dos portalegrenses para reivindicação ou contestação de direitos das populações imigrantes. Assim, mesmo nos aspectos em que há opiniões mais positivas ou negativas face ao acesso dos imigrantes a determinados direitos ou prestações institucionais, a tendência para uma forte ausência de mobilização efectiva é uma constante ao longo de todo o questionário e, para mais, com uma intensidade muito consistente. As conclusões precedentes são totalmente consistentes com a análise factorial realizada aos dados do inquérito. Na verdade, através da análise dos componentes principais (ACP) realizada e após uma rotação ortogonal do tipo Varimax com normalização Kaiser, foi possível extrair dos dados do inquérito 7 factores, que explicam cerca de 78% da variância total da distribuição.

Da interpretação da matriz dos componentes rodados, conclui-se que são de reter apenas os primeiros quatro, os quais explicam, ainda, cerca de 70% do total da variância

da distribuição. A partir da mesma interpretação, podemos nomear estes quatro factores da forma seguinte:

Factor 1 – atitudes face às sociabilidades / afinidades (43% da variância);

Factor 2 – atitudes face aos impactos da imigração e ao apoio institucional (12% da variância);

Factor 3 – atitudes face à mobilização positiva (9% da variância);

Factor 4 – atitudes face à mobilização negativa (5% da variância).

Assim, a distribuição polariza-se, justamente, em torno de alguns dos eixos centrais já identificados na interpretação ponto a ponto dos dados do inquérito. Na verdade, verifica-se a existência de:

- Uma valorização positiva, pelos portalegrenses, de todos os aspectos ligados à constituição de sociabilidades ou à identificação de actuais ou potenciais afinidades com os imigrantes, nomeadamente do ponto de vista sócio-cultural (Factor 1);
- Uma avaliação negativa da imigração no concelho, designadamente consubstanciada, como resulta da análise da leitura da matriz de componentes, na negação dos impactos positivos da imigração e na negação da necessidade de maior intervenção de apoio aos imigrantes no concelho - designadamente em campos mais competitivos - que surgem associadas (Factor 2);
- Um sistema atitudinal francamente oposto a qualquer tipo de mobilização para defender ou contestar direitos dos imigrantes em diversos campos da sua cidadania (Factores 3 e 4).

2.4. Entrevistas em profundidade a imigrantes.

A interpretação que se segue está estruturada em função do modelo de análise definido para a pesquisa. Note-se, porém, que a dimensão *respostas psicossociais* não é alvo de destaque numa secção específica por ela ser transversal às demais e, afinal, apenas fazer sentido *por relação* às mesmas. Assim, ela encontra-se difusamente exposta por entre as secções seguintes.

2.4.1. Acesso a sistemas organizacionais.

O acesso e a permanência no sistema educativo são objectivos que surgiram como claros nas entrevistas realizadas, mas sobretudo quando se trata de famílias que, tendo-se reagrupado no país de destino (Portugal), têm consigo filhos menores. Na verdade, tal objectivo afigura-se mesmo particularmente relevante no projecto migratório de alguns imigrantes, designadamente na promoção da mobilidade social ascendente dos filhos.

Na realidade, transparece das palavras dos imigrantes entrevistados um projecto migratório em que a escola se apresenta como um vector fundamental da promoção da integração social e da mobilidade social ascendente dos filhos. Assim, existe uma postura de clara *racionalidade* no projecto escolar destes imigrantes, na medida em que consideram a escola como um *meio* para um determinado *fim* social. Neste particular, não se registou nenhum especial problema sentido pelos entrevistados no que toca ao acesso e permanência em actividades escolares.

O mesmo se diga do campo da segurança social, relativamente ao qual a maioria dos imigrantes entrevistados adoptam uma postura que denota a auto-percepção de um certo grau de integração social, sintetizada numa frase-tipo: “se eu desconto, tenho direito, não é?” (cidadão georgiano)

Já no domínio da habitação, entramos num campo problemático na vida quotidiana da maioria dos entrevistados. Em rigor, todos eles se manifestaram, de uma ou de outra forma, contra aquilo que consideram ser uma “exploração” a que são ou foram, em estágios anteriores dos seus processos de integração social na sociedade portuguesa e portalegrense, sujeitos. As referências a quartos e casas insalubres, degradados e à sobre-lotação acompanhada pela imposição de rendas – ilegais, sem contrato – proibitivas, são uma constante. Assim, aqueles que conseguiram uma habitação que consideram em melhores condições (que, segundo observação feita no local, ainda seria, eventualmente, considerada muito má por um português “médio”), quer de renda, quer de salubridade, quer, sobretudo, de lotação e privacidade, valorizam-na de uma forma particularmente intensa. Pode-se, assim, dizer que as *carreiras residenciais* destes imigrantes se fazem, frequentemente, num “mercado” fundamentalmente organizado no âmago da economia paralela, com habitações em muito más condições, por vezes sendo exploradas de forma abusiva por proprietários que parecem sobretudo interessados em maximizar o respectivo lucro. Neste quadro,

tais carreiras pretendem-nas os imigrantes ascendentes, atribuindo um forte valor a cada melhoria das suas condições de habitação.

Já o trabalho é talvez a esfera fundamental em redor da qual se organizam as preocupações mais prementes dos imigrantes entrevistados, pelo menos no que toca aos aspectos mais pragmáticos da sua vida quotidiana. Desde logo, claro está, porque foi a procura de trabalho que os levou a decidirem imigrar. Mas, tal procura encontra-se inscrita em projectos migratórios que valorizam o trabalho, antes de qualquer outra coisa, pela possibilidade de se conseguir um *salário* que permita a melhoria das condições de vida. A referência à dimensão propriamente financeira do trabalho é assumida por todos com veemência. Ou seja, o salário afirma-se como condição *sine qua non* da construção de uma vida digna, porque em melhores condições. Esta constatação, por outro lado, alarga o seu âmbito ao quadro da família do protagonista do projecto migratório, que, as mais das vezes, confirma a vontade de que o seu salário chegue para si, mas também para “ajudar” os familiares que ficaram no país de origem.

A maioria dos entrevistados colocou, efectivamente, a questão laboral no centro dos seus problemas, muito embora não exclusivamente do ponto de vista financeiro. O orgulho e a dignidade profissionais, que por sua vez se estendem a outros aspectos da vida, assumem igualmente um valor fundamental. Ora, a maioria dos entrevistados considera que essa dignidade e esse orgulho são frequentemente postos em cheque pelos seus “patrões”, que consideram, amiúde, algo “exploradores”. O estatuto profissional já adquirido em Portugal, sobretudo entre aqueles que se encontram no país há mais tempo, é tido como algo a defender e que não pode ser posto em causa pelas chefias e dirigentes nos locais de trabalho. No entanto, segundo os entrevistados, é demasiado frequente a sua posição formal no plano profissional não corresponder ao tratamento a que estão sujeitos. Agravando esta situação, os salários pagos são considerados muito baixos e, segundo dizem os entrevistados, nem sempre pagos como deveriam e quando deveriam: o trabalho extraordinário nem sempre é pago, nem sempre a tempo e horas - são queixas recorrentes.

Poder-se-ia, a este título, afirmar que os entrevistados apresentam os fundamentos daquilo a que se poderia chamar, numa linguagem algo em desuso, de uma *consciência de classe*. Na verdade, as suas preocupações com o estatuto adquirido e com a sua manutenção, assim como a oposição a uma classe dita de “exploradores”, configuram algo que se pode nomear, sem grande abuso de linguagem, dessa forma.

Esta “consciência” atinge um grau de acuidade tal que as diferenças de nacionalidade, por exemplo, são minorizadas face à igualdade de estatuto. Não surpreendentemente, também, a luta pelos direitos é algo que os entrevistados consideram central.

Já no campo do acesso ao sistema de saúde, nenhum problema especial foi referido. Neste particular, os entrevistados consideraram, de uma maneira geral, que eram tratados de forma razoável, da mesma maneira que o são os portugueses. No entanto, mais uma vez, surgem problemas relacionados com a esfera do trabalho; designadamente, em tudo aquilo que concerne a medicina do trabalho e a exposição ao risco e aos acidentes profissionais. A este título, alguns entrevistados chegam, inclusivamente, a acusar os médicos do trabalho de excessiva dependência do poder patronal.

De uma forma geral, o (não) domínio da língua portuguesa é uma fraqueza sentida pelos entrevistados (os não brasileiros). Efectivamente, na sua maioria, pensam que grande parte das privações a que são sujeitos radica no seu desconhecimento dos mecanismos legais e organizacionais que poderiam utilizar para promoverem o seu próprio bem-estar social, desconhecimento esse que se funda, em sua opinião, no desconhecimento da língua portuguesa.

2.4.2. Constituição de relacionamentos

No capítulo do relacionamento com a população de Portalegre, os imigrantes não assinalam nenhum problema digno de nota especial (o que, aliás, é coerente com os dados do inquérito sobre as atitudes face à imigração anteriormente expostos). Sentem-se, de forma geral, bem nas ruas da cidade, frequentam os bares, as lojas e dizem que são bem acolhidos, salvo uma ou outra excepção. Na verdade, chegam a brincar com a sua situação, ao dizerem que existem mesmo comerciantes que os preferem aos portugueses.

Ao nível da constituição efectiva de sociabilidades, os problemas também parecem não existir, pelo menos de forma muito intensa e/ou sistemática. Os entrevistados dizem ter vários amigos portugueses, que se dão bem com eles, que estes os apoiam frequentemente. No caso dos imigrantes do sexo masculino, as “namoradas” surgem na conversa de forma particularmente animada, com risos, rubores faciais, uma distensão que não se verificara noutros momentos das entrevistas. No entanto, um

percurso de integração atribulado, por vezes com inseguranças profundas, levam alguns entrevistados a construírem uma imagem estereotipada das mulheres portuguesas. Mais uma vez, o estatuto social vem interferir com a percepção e as formas de acção destes imigrantes. Talvez outra coisa não fosse de esperar, numa população cuja principal expectativa é, justamente, a obtenção de uma melhoria de condições materiais e sociais de vida.

2.4.3. Análise SWOT/EMIC

A análise que se segue resulta de uma interpretação do conteúdo das entrevistas organizada em função de grelhas SWOT. Os dados que agora se apresentam de forma organizada representam, por conseguinte, as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças dos imigrantes em diferentes campos, *na sua própria perspectiva*. Ou seja, o conteúdo das grelhas não é senão a condensação daquilo que os imigrantes manifestaram nos diferentes campos em análise. A esta abordagem resolveu-se dar o nome de EMIC, celebrizado pelo antropólogo norte-americano Marvin Harris, na medida em que este autor cunhou tal expressão para referenciar o discurso que o grupo ou sociedade analisados produzem acerca de si próprios.

É ainda de referenciar que alguns campos estão vazios, na medida em que, no decurso das entrevistas, não se conseguiu identificar nenhum conteúdo orientado para as áreas que tais campos recobrem. Como se procurou solicitar a expressão de tal conteúdo aos entrevistados, é razoável afirmar que os campos vazios não constituem domínios de especial preocupação dos mesmos.

Finalmente, importa deixar exposto que os campos referentes ao “reconhecimento da cultura de origem” vão vazios, devido a uma situação peculiar. Na verdade, nenhum dos entrevistados se mostrou especialmente interessado na resposta a questões ligadas às particularidades da sua cultura nacional ou regional de origem, assim como no seu reconhecimento pela sociedade de acolhimento. Pelo contrário, em alguns casos (imigrantes do Leste europeu), a ideia de uma eventual identificação e promoção de tais traços culturais foi recebida com alguma desconfiança e, até, agressividade. Assim, todos os entrevistados, mas principalmente os do Leste europeu, demonstraram uma atitude de grande fechamento neste campo, o que pode indiciar um campo problemático no plano do seu relacionamento com os portugueses. Na verdade, parece estar-se na presença de uma estratégia identitária defensiva, realizada em proveito do sistema

social dominante (a sociedade portuguesa), na medida em que essa estratégia implica um certo “apagamento” dos traços culturais de origem. Se tal estratégia é mais ou menos consciente, mais ou menos calculada e como ela interfere com os modos concretos de relacionamento destes imigrantes com a população portuguesa, não foi possível apurar, desde logo, dado o extremo fechamento dos entrevistados neste particular.

Grelha SWOT/EMIC 1 – Acesso a recursos

	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Educação	- Capacidade de aprendizagem dos filhos - Expectativa de ascensão social associada à Escola	- Desconhecimento da língua portuguesa	- Escola inclusiva e multicultural - Escola promotora da mobilidade social ascendente	- Repatriamento dos filhos
Saúde	- Direitos de cidadania	- Desconhecimento da língua portuguesa no acesso aos serviços	--	- Medicina do trabalho dependente dos “patrões” - Riscos e acidentes profissionais
Segurança Social	- Direitos de cidadania - Direitos de “contribuinte”	- Desconhecimento da língua portuguesa no acesso aos serviços	--	--
Habitação	--	- Falta de poder financeiro	- Acesso a crédito bancário	- “Exploração” pelos proprietários
Mercado de trabalho / relações de trabalho	- Actuação em lógica de classe (união) - Boas competências profissionais - Valorização do trabalho	- Desconhecimento dos direitos laborais - Desconhecimento da língua, que dificulta as relações no trabalho	- Conhecimento dos direitos laborais - Aprendizagem da língua portuguesa	- Situações profissionais precárias - “Patrões” exploradores - Incumprimento da legislação laboral pelos “patrões” - Abusos de poder das chefias intermédias

Grelha SWOT/EMIC 2 – Constituição de relacionamentos

	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Redes sociais	- “Bom comportamento” - Consumo facilitador da permanência em locais frequentados por portugueses	- Estatuto sócio-económico baixo	- Bom acolhimento pelos portalegenses - Amigos portugueses prestadores de ajudas	- Alguma estigmatização associada ao baixo estatuto sócio-económico
Reconhecimento da cultura de origem	--	--	--	--

3. Conclusões

A primeira conclusão que se pode retirar da análise aos dados constantes do estudo realizado sobre a imigração no concelho de Portalegre é a da pertinência do modelo de análise utilizado. Na verdade, as dimensões fundamentais em redor das quais se organiza aquele modelo revelaram-se dimensões que discriminam, de facto, domínios diferenciados de estruturação de opiniões, representações e previsões efectuadas pelos mais de quatrocentos e trinta inquiridos, no âmbito das respostas enquadradas pelos diferentes instrumentos de pesquisa.

Em segundo lugar, é importante constatar que se pôde construir alguns cenários sobre o futuro da imigração no concelho de Portalegre no médio prazo, cenários esses estruturados, aliás, em função de metodologias “partilhadas” e das dimensões acima referidas e que, portanto, podem sugerir linhas de intervenção estratégica organizadas em parceria e em torno de eixos estruturantes da situação dos imigrantes no concelho.

Dos cenários identificados, cujas conclusões envolvidas não cabe repetir aqui, importa talvez salientar a estimativa dos inquiridos, no âmbito do questionário *Delphi*, de um aumento da imigração para o concelho nos próximos anos – o que, dado o cenário demográfico apontado no estudo de Revisão do Plano Director Municipal de Portalegre, de que o concelho apenas se renovará demograficamente através de um saldo migratório positivo, denota uma clara oportunidade que deverá constituir eixo de reflexão, mas também de acção das entidades concelhias.

Por outro lado, também estes cenários apontam para alguma melhoria das condições sociais de vida dos imigrantes no concelho. A ser assim, aquela renovação demográfica poderá fazer-se acompanhar de um enriquecimento social e cultural do concelho, fundado na estruturação de uma efectiva integração social dos imigrantes.

Importa, também, salientar a grande transversalidade que as imagens e opiniões sobre a imigração no concelho parecem assumir. Na verdade, os resultados do inquérito realizado sobre as atitudes da população face à imigração mostram com clareza que existe uma espécie de recorte atitudinal partilhado pelos portalegrenses, um perfil de organização da percepção – e, provavelmente, da acção face a – dos imigrantes que, se nem sempre é positivo é, pelo menos, relativamente homogéneo e, talvez por isso, eventualmente passível de ser tratado do ponto de vista da promoção da melhoria das condições de vida dos imigrantes de uma forma integrada e global. Evidentemente, existe sempre a necessidade de alguma especificidade de abordagens, mas o que o inquérito desde logo mostrou é que existem, de facto, temáticas transversalmente percebidas e avaliadas de forma semelhante, o que, repita-se, pode potenciar algum grau de integração e globalidade nas intervenções a planear.

Cumprir ainda registar alguns problemas sentidos pelos imigrantes no seu processo de integração social na sociedade portuguesa e, concretamente, em Portalegre. Problemas sentidos, sobretudo, ao nível da habitação e do trabalho. Curiosamente, duas dimensões da vida classicamente problemáticas para as classes mais desfavorecidas. No campo do relacionamento social, finalmente, é bom assinalar que os imigrantes entrevistados parecem não sentir nenhuma especial discriminação e que se mostram

abertos à constituição de sociabilidades com os autóctones. Não obstante, demonstraram um grande fechamento no que toca à manifestação da sua identidade cultural. Este é, seguramente, um aspecto a ser trabalhado para se assegurar uma integração plena dos imigrantes.

Referências bibliográficas.

- ABIKO, Alex Kenya, GONÇALVES, Orestes Marraccini, CARDOSO, Luiz R. de Azevedo (coords.) (2003), *Estudo prospectivo da cadeia produtiva da construção civil – Produção e comercialização de unidades habitacionais*, São Paulo, Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
- ANTUNES, Marina (2003), “‘O grupo é a minha alma’: amizade e pertença entre jovens”, in CORDEIRO, Graça Índias, BAPTISTA, Luís Vicente, COSTA, António Firmino (orgs.) (2003), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 143-155
- ASTIGARRAGA, Eneko (s/d), *El Método Delphi*, San Sebastián, Facultad de CC. EE. y Empresariales, Universidad de Deusto
- BAGANHA, Maria Ioannis (2001), “A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal”, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), (2001), *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp.135-159
- BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João e MALHEIROS, Jorge, coord. (1998), *Os movimentos migratórios externos e sua incidência no mercado de trabalho em Portugal (Relatório Final)*, Lisboa, IEFP
- BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos e GÓIS, Pedro (s/d), *Imigrantes de Leste em Portugal*, Coimbra, CES/FEUC
- BAPTISTA, Luís Vicente (2003), “Territórios, imagens e poderes”, in CORDEIRO, Graça Índias, BAPTISTA, Luís Vicente, COSTA, António Firmino (orgs.) (2003), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp.35-42
- BENKO, Georges (1999), *A Ciência Regional*, Oeiras, Celta Editora
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit
- BOURDIEU, Pierre (2001), *As estruturas sociais da economia*, Lisboa, Instituto Piaget
- Câmara Municipal de Portalegre (2004), *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Portalegre - 2005-2007*, Portalegre, CMP, policop.

Câmara Municipal de Portalegre (2004), *Revisão do Plano Director Municipal de Portalegre – Relatório 1ª Fase, Vol. 2 - Sistema Biofísico*, Portalegre, CMP, policop.

Câmara Municipal de Portalegre (2004), *Revisão do Plano Director Municipal de Portalegre – Relatório 1ª Fase, Vol. 3 - Sistema Sócio-Económico e Cultural*, Portalegre, CMP, policop.

CARAPINHEIRO, Graça (2001), “A globalização do risco social”, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2001), *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 197-229

CASTELLS, Manuel (1996), *The Information Age: Economy, Society, Culture. Vol II – The Power of Identity*, Oxford, Blackwell Publishers

CASTELLS, Manuel (2000), *A questão urbana*, São Paulo, Editora Paz e Terra

COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora

COSTA, António Firmino da (2003), “Estilos de sociabilidade”, in CORDEIRO, Graça Índias, BAPTISTA, Luís Vicente, COSTA, António Firmino (orgs.) (2003), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 121-129

COVAS, Maria das Mercês C.M (2004) “Portugal na Rota da Imigração dos Cidadãos Comunitários: O Caso da Região Algarvia”, V Congresso Português de Sociologia, *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção – APS – Associação Portuguesa de Sociologia*, <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm>

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves (2002), “Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas”, comunicação ao VVI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002

ESTEVES, Alina, MALHEIROS, Jorge (2001), “Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas: Sobrerepresentação ou ilusão?”, in PINHEIRO, Magda, BAPTISTA, Luís V., VAZ, Maria João (orgs.) (2001), *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*, Oeiras, Celta Editora, pp. 95-114

FERREIRA, Eduardo Viegas (2001), “Criminalidade e insegurança urbana”, in PINHEIRO, Magda, BAPTISTA, Luís V., VAZ, Maria João (orgs.) (2001), *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*, Oeiras, Celta Editora, pp. 85-94

FERREIRA, Vítor Matias (coord.) (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Editorial Bizâncio

- FISCHER, Gustave-Nicolas (1996), *Les concepts fondamentaux de la psychologie sociale*, Paris, Dunod
- FITOUSSI, Jean-Paul, ROSANVALLON, Pierre (1997), *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora
- GODET, Michel (2000), *A “caixa de ferramentas” da prospectiva estratégica*, Lisboa, Centro de Estudos de Prospectiva Estratégica
- GUERRA, Isabel (coord.) (1999), *A Baixa Pombalina – Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*, Oeiras, Celta Editora
- GUERRA, Isabel (2000), “Reflexões sobre os métodos e técnicas de planeamento: acção colectiva e ‘jogo estratégico de actores’”, IV Congresso Português de Sociologia, *Passados Recentes, Futuros Próximos – APS – Associação Portuguesa de Sociologia*
- HESPANHA, Pedro (2001), “Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social”, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2001), *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 163-196
- KELLEN, José van der (2005), “A investigação do auxílio à imigração ilegal e criminalidade conexa – a experiência do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras”, *Socius Working Papers* (nº5/2005), Lisboa, ISEG-UTL, <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>
- MACHADO, Fernando Luís (2003), “Etnicidade e sociabilidades dos guineenses em Portugal”, in CORDEIRO, Graça Índias, BAPTISTA, Luís Vicente, COSTA, António Firmino (orgs.) (2003), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 131-142
- MACHADO, Fernando Luís (1999), “Imigrantes e estrutura social”, in *Revista Sociologia - problemas e práticas*, nº 29, Lisboa, CIES-ISCTE, pp.51-76
- MARTINS, Alexandre (2005), “Novas dinâmicas territoriais e (re)formulações da ruralidade – O caso de Portalegre”, in *Revista Fórum Sociológico*, nºs 13/14, Lisboa, IEDS-FCSH/UNL
- MATOS, Cristina (1993), “Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Sociais”, *Socius Working Papers* (nº5/93), Lisboa, ISEG-UTL, <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>
- MENDES, José Manuel Oliveira (2001), “O desafio das identidades”, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2001), *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 489-523

- NEVES, António Oliveira das (1996), *Planeamento Estratégico e Ciclo de Vida das Grandes Cidades – Os exemplos de Lisboa e Barcelona*, Oeiras, Celta Editora
- OLIVEIRA, Catarina Reis de (2004), “Estratégias empresariais de origem imigrante em Portugal: Oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais”, in *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, nº45, CIES-ISCTE, Oeiras, Celta Editora, pp. 71-98, <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n45/n45a04.pdf>
- PADILLA, Beatriz (2005), “Integration of Brazilian immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities”, *Socius Working Papers* (nº1/2005), Lisboa, ISEG-UTL, <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates – Jovens, trabalho e futuro*, Porto, Ambar
- PEIXOTO, João (2004), “As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas”, *Socius Working Papers* (nº11/2004), Lisboa, ISEG-UTL, <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>
- PEREIRA, Marcos Emanuel, FERREIRA, Fernanda de Oliveira, MARTINS, Aretha Henrique, *et al.* (2002), “Imagens e significado e o processamento dos estereótipos”, in *Revista Estud. psicol. (Natal)*, vol.7, no.2, pp.389-397
- PERESTRELO, Margarida (2000), “Prospectiva: planeamento estratégico e avaliação”, IV Congresso Português de Sociologia, *Passados Recentes, Futuros Próximos – APS – Associação Portuguesa de Sociologia*
- PERISTA, Pedro (2004) “Imigrantes de Leste em Portugal: da migração à inserção”, V Congresso Português de Sociologia, *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção – APS – Associação Portuguesa de Sociologia*, <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm>
- PINEDO, Ignacio Fernández (s/d), *Construcción de una escala de actitudes tipo Likert*, Barcelona, Centro de Investigación y Asistencia Técnica/Instituto Nacional de Seguridad e Higiene en el Trabajo/Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, http://www.mtas.es/insht/ntp/ntp_015.htm
- PIRES, Rui Pena (2003), “Processos de integração na imigração”, in CORDEIRO, Graça Índias, BAPTISTA, Luís Vicente, COSTA, António Firmino (orgs.), (2003), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 63-76
- REIS, José (2001), “A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos económicos e o ‘simples’ funcionamento dos sistemas complexos”, in SANTOS,

Boaventura de Sousa (org.) (2001), *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 109-134

União de Sindicatos do Norte Alentejano (2005), *Diagnóstico sobre a imigração em Portalegre*, Portalegre, USNA

WENDER, Catherine Withol de (2004), *The Frontiers of Mobility*, UNESCO, <http://www.unesco.org/shs/shsdc/migration/migration/bib.htm>